



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 156/2016 SEDS
CÓDIGO MTPS 41331354

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS E O MUNICÍPIO DE BARRACAO, OBJETIVANDO A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO, MEDIANTE APOIO DO SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA/SINE-PR.

O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS, com sede à Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico - CEP: 80.530-915 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.088.839/0001-06, doravante denominada SEDS, neste ato representada pelo sua Secretária, **FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHÁ** portadora da cédula de identidade Nº 954.242-6 e CPF Nº 604.858.099-15, e o MUNICÍPIO DE BARRACAO, aqui representado por seu Prefeito Municipal, **MARCO AURELIO ZANDONA** portador da cédula de identidade nº 5.599.015-8 e CPF nº 712.777.739-04 de agora em diante simplesmente denominado MUNICÍPIO, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL**, assim pactuado:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objetivo manter a estrutura operacional própria para as atividades dos Postos de Atendimento do SINE e garantir a manutenção de equipe técnica e gerencial em quantidade e qualidade adequadas, como forma de assegurar o bom desenvolvimento integrado de suas ações, nos termos do Convênio MTE/SPPE/DPPES/CODEFAT Nº 052/2012 – PR do qual a SEDS é conveniente e gestora das ações integradas do Programa do Seguro-Desemprego em âmbito estadual dentro da rede de **Agências do Trabalhador**. Essa rede visa a promoção do desenvolvimento local, **com inclusão social pelo trabalho**, mediante a manutenção e/ou a expansão de serviços, progressivamente integrados, de:

1. Intermediação de mão de obra e orientação profissional;
2. Atendimento da habilitação ao benefício do seguro-desemprego;
3. Encaminhamento a cursos de capacitação profissional e social;
4. Orientação e encaminhamento para certificação profissional;
5. Acesso aos programas de geração de trabalho, emprego e renda, no âmbito do empreendedorismo individual, empresarial e da economia solidária;
6. Informações e orientações sobre acesso a linhas de crédito e microcrédito;
7. Orientações sobre o programa de artesanato paranaense.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS

CLÁUSULA 2ª – DO PLANO DE TRABALHO

O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução constam no Plano de Trabalho assinado pelas partes e passará a fazer parte deste Termo de Cooperação, independentemente de transcrição.

Parágrafo Primeiro. O Plano de Trabalho deverá contemplar as ações para o todo o período de execução do presente Termo de Cooperação e poderá ser alterado, mediante ajuste entre as partes.

Parágrafo Segundo. A cada exercício, o detalhamento das metas será fixado mediante apresentação de proposta anexa ao Plano de Trabalho.

CLÁUSULA 3ª - DAS ATRIBUIÇÕES

1. São atribuições da SEDS:

1.1. A SEDS, por intermédio da Superintendência do Trabalho, Emprego e Renda, é a responsável pelo funcionamento da Agência do Trabalhador, dentro das normas operativas do Sistema Nacional de Emprego, do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS e do Conselho Estadual do Trabalho.

1.2. Fornecer os impressos de consumo específico do Sistema, bem como material de expediente.

1.3. Fornecer equipamentos de informática e demais equipamentos e material permanente que se façam necessários.

1.4. Realizar o treinamento do Agente Público para executar as atividades relacionadas com o objeto deste instrumento, a partir do qual o mesmo estará habilitado e credenciado junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, para atuação junto à unidade do Sistema Nacional de Emprego e recebendo senha de acesso ao sistema operacional informatizado.

1.5. Prestar a orientação técnica necessária, por meio das respectivas Coordenações responsáveis pelas ações da SEDS.

1.6. Monitorar, de forma permanente, a qualidade dos serviços prestados no âmbito da Agência do Trabalhador, especialmente quanto à integração das ações que constituem o objeto deste acordo, em estreita consonância com o que estabelece a Resolução nº 679/2011 do CODEFAT e da Resolução do CET- nº 303/2011 que Consolidam as Normas Operacionais Básicas do SPTER – CNOBS/2010.

1.7. Fiscalizar o desempenho dos setores e instituições de qualificação visando adequar a mão de obra às reais necessidades do mercado de trabalho local e regional.

1.8. Proceder a instalação/adequação do sistema informatizado e responsabilizar-se pela rede elétrica e lógica que interligará o mesmo.

1.9. Disponibilizar o mobiliário necessário às instalações funcionais de atendimento.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS

- 1.10. Zelar pelo uso exclusivo dos dados, em benefício dos cidadãos cadastrados no âmbito deste acordo, tendo em vista os princípios constitucionais do interesse público e da probidade administrativa.
- 1.11. Comunicar a Polícia Federal e o Ministério Público quando houver denúncia e constatação de quebra de sigilo e ou privacidade, bem como roubo ou fraude das informações relacionadas ao objeto do presente Termo.
- 1.12. Implementar ações complementares, correlatas ao objeto deste Acordo, bem como adotar as providências administrativas necessárias à sua efetividade.
- 1.13. Fazer publicar no Diário Oficial, resumo deste acordo.

2. Das atribuições do Município:

- 2.1. Disponibilizar os servidores públicos compatíveis e adequados ao funcionamento da Agência do Trabalhador, tomando como parâmetro o porte do município descrito e especificado no Anexo I, mediante disposição funcional, da relação constante no Anexo II, assumindo todos os encargos decorrentes da cessão.
- 2.2. Colaborar permanentemente com a SEDS, inclusive em relação as condições de funcionamento da Agência do Trabalhador.
- 2.3. Participar, com a SEDS, da divulgação e/ou execução dos programas e atividades que visem a redução do desemprego e do subemprego.
- 2.4. Manter estreito relacionamento operacional com as unidades da SEDS, especialmente, com o Escritório Regional.
- 2.5. Dar ciência a todos os funcionários cedidos, no âmbito deste acordo, mediante assinatura do termo de responsabilidade constante do Anexo III, visando prevenir responsabilidades pelo eventual desvio de conduta dos agentes públicos cedidos.
- 2.6. A eventual substituição do servidor habilitado somente poderá se efetivar, mediante qualificação e habilitação do seu substituto e, nesta hipótese, as despesas de deslocamento e hospedagem, para fins do indispensável treinamento, correrão por conta do Município.

CLÁUSULA 4ª - DO ESPAÇO FÍSICO

Disponibilizar espaço físico, locado ou cedido, para instalação da Agência do Trabalhador identificando o local com placa indicativa (modelo do sistema definido pelo MTPS), na qual poderá constar referência ao presente acordo, será responsabilidade da SEDS.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS

CLÁUSULA 5ª – DO BANCO DE DADOS

O Banco de Dados, constituído por informações pertinentes e necessárias ao desenvolvimento dos programas descritos no objeto deste acordo, é de uso exclusivo dos agentes públicos vinculados à rede do Sistema Nacional de Emprego/SINE-PR/SEDS e devem subsidiar ações que gerem benefícios públicos aos cidadãos cadastrados, por isto estes dados são **sigilosos e intransferíveis**, a qualquer título, nos expressos termos do artigo 5º, inciso XII, da Constituição Federal.

Parágrafo Único – O agente público, cuja conduta se caracterize como lesiva à finalidade pública do Banco de Dados, sob sua guarda e proteção, está sujeito a desligamento imediato da Agência do Trabalhador, por improbidade administrativa, sem prejuízo da responsabilização funcional, civil e criminal a ser apurada nas devidas esferas legais.

CLÁUSULA 6ª – DO CONTROLE DE RESULTADOS

O controle dos resultados, responsabilidade da SEDS e previsto no presente acordo, deverá, dentro de seus objetivos gerais, aferir inclusive os resultados de produtividade da Agência do Trabalhador, nos diversos programas e atividades da SEDS, aferições estas mensalmente comunicadas, por meio de relatórios, à Superintendência do Trabalho e aos Conselhos Municipal e Estadual do Trabalho;

Parágrafo Primeiro – Fica indicado o (a) Chefe do Escritório Regional da SEDS, como o agente público que, por parte da SEDS, fará o acompanhamento e a fiscalização do Termo de Cooperação, bem como a forma do acompanhamento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto aqui avençado;

Parágrafo Segundo – A Prefeitura fará a indicação de um (a) representante, o (a) qual fará o acompanhamento e a fiscalização do Termo de Cooperação, bem como a forma do acompanhamento, dos compromissos aqui avençados;

Parágrafo Terceiro – Na eventualidade de constatação de desconformidades, bem como resultados e metas atingidos, será comunicado ao Escritório Regional da SEDS e à Prefeitura Municipal, para registro e providências.

CLÁUSULA 7ª – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo terá vigência até 4 de Dezembro de 2017 com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Parágrafo Único – Eventual prorrogação apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Cooperação, respeitando o prazo máximo de 60 meses, demais disposições da Lei nº 15.608/2007 e a vigência do Convênio nº052/12 entre o Estado do Paraná e o MTPS ou sucedâneo de mesma natureza.

CLÁUSULA 8ª – DAS ALTERAÇÕES.

O presente instrumento poderá sofrer alterações que não interfiram em seu objeto, por meio de



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDS

Termos Aditivos.

CLÁUSULA 9ª – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo poderá ser rescindido ou denunciado por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação escrita aos demais, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou ainda, mediante acordo entre os partícipes, sem prejuízo dos trabalhos em andamento.

Parágrafo Primeiro – O presente Acordo de Cooperação Técnico Operacional também poderá ser rescindido em decorrência de interesse público da Administração Pública, nos termos da lei.

Parágrafo Segundo – Imputar-se-ão, aos partícipes, as responsabilidades e benefícios decorrentes do prazo em que tenha vigido o presente Acordo de Cooperação Técnico Operacional.

Parágrafo Terceiro – O inadimplemento de uma das partes de quaisquer das cláusulas previstas neste instrumento poderá acarretar a rescisão do mesmo.

CLÁUSULA 10ª – DO FORO

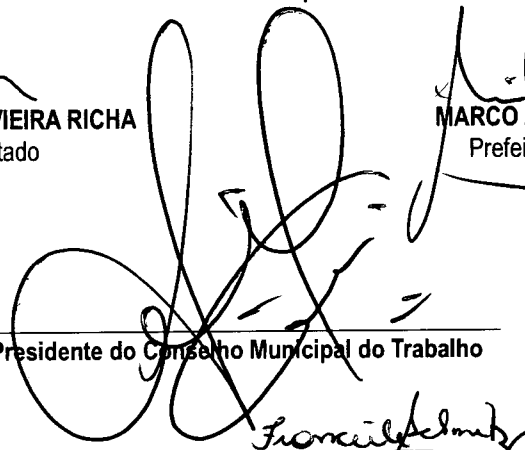
As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes deste instrumento, renunciando a outro, por mais privilegiado que seja.

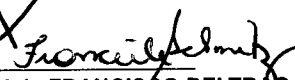
E por estarem de acordo, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, para que passe a surtir os necessários efeitos legais.

Curitiba, 02 de março de 2016.


FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHÁ
Secretária de Estado


MARCO AURELIO ZANDONÁ
Prefeito de BARRAÇAO


Presidente do Conselho Municipal do Trabalho


Chefe do Escritório Regional de FRANCISCO BELTRÃO

Procuradoria Geral do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL nº 01/2016
 PROTOCOLO N.º 13.709.579-3
PARTES: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ,
 CNPJ: 79.026.340/0001-41 e MICROSENS LTDA, CNPJ n.º
 78.126.950/0003-16
OBJETO: Aquisição de 30 (Trinta) scanners de produção coloridos, para a
 Procuradoria Geral do Estado do Paraná, de acordo com as especificações,
 quantitativos e demais condições descritas no Edital PE 01/2015 PGE e em
 seus anexos.
PRazo: O contrato terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses para os
 serviços de garantia, assistência e suporte técnico, contados da data de sua
 publicação.
VALOR GLOBAL: R\$ 61.080,00 (Sessenta e um mil e oitenta reais)
DESPACHO AUTORIZATÓRIO: Sr. Procurador-Geral do Estado em
 07/03/2016, homologa e adjudica o resultado do procedimento licitatório
 na modalidade PE n.º 01/2015-PGE.
EMPENHO n.º 1960000600156-1
 Paulo Sérgio Rosso
 Procurador-Geral do Estado do Paraná

28051/2016

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB
 GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL - GAS
PROTOCOLO N.º 13.981.780-0
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002/2016
 Considerando a inviabilidade de competição, por ser a entidade que irá
 promover o evento intitulado **56ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina - EXPOLONDRINA 2016**, no período de 07 a 17 de abril de 2016, reconhecida a
 inexigibilidade de licitação para a contratação da **Sociedade Rural do Paraná**,
 pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Tiradentes, 6275, em Londrina/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 78.609.989/0001-22, para o fim de locar
 área com 10.000m², para instalação da Via Rural - Fazendinha, situada no Parque
 de Exposições Governador Ney Braga, município de Londrina, durante a realização
 da 56ª EXPOLONDRINA até a data de 24 de abril de 2016, an preço total de R\$
 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), com fundamento no art. 33, c/c art. 35 da Lei
 Estadual n.º 15.608/2007 e nos termos do contido no protocolo em epígrafe
 Em. 05 de abril de 2016.
OTAMIR CESAR MARTINS
 Diretor Geral
 Considerando as informações retro, ratifico a decisão do Sr. Diretor Geral
 para efeito do disposto no art. 35 da Lei n.º 15.608/2007. Empenhe-se e expeça-se o
 contrato administrativo pertinente. Publique-se.
 Em. 05 de abril de 2016
NOBERTO ANACLETO ORTIGARA
 Secretário de Estado

28481/2016

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

EXTRATOS DE CONVÊNIOS
OBJETO: Projeto Emergencial de Recuperação da Trafegabilidade de Estradas Rurais - 2016.
AUTORIZAÇÃO: art. 2º do Decreto nº 6515/2012.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de publicação do extrato na imprensa oficial do estado.
EXECUÇÃO: 180(cento e oitenta) dias.
DATA ASSINATURA: 01/04/2016.
ASSINATURAS: Secretário de Estado da Agricultura e Prefeitos dos respectivos municípios, conforme relação a seguir:

Município / Protocolo	Empenho SEAB nº	Convênio N.º	Valor SEAB R\$	Contrapartida em serviços R\$
Atalaia 13.984.030-5	65.6.00560-1	019/2016	28.690,00	33.000,00
Nova Esperança 13.987.692-0	65.6.0559-1	020/2016	28.100,00	64.800,00

EXTRATOS TERMOS ADITIVOS
ESPÉCIE: Termo de Convênio com Cláusula de Cessão de Uso aos municípios de tanques resfriadores em atendimento ao Programa de Apoio a Bovinocultura Leiteira do Estado do Paraná.
ASSINATURAS: Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e respectivo Prefeito, conforme abaixo.
 Autorizado pelo Senhor Governador em 1º de abril de 2016.

Município / Protocolo	Aditivo nº / Assinatura	Objeto do aditamento
Cândido de Abreu 13.875.231-3	- 1º TA ao TCCCU nº 63/15 / 5/4/2016	Alteração de meta com acréscimo de equipamentos e prorrogação de vigência para 28/7/2018.

28005/2016

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB

EXTRATOS DE CONVÊNIOS
OBJETO: Projeto Emergencial de Recuperação da Trafegabilidade de Estradas Rurais - 2016.
AUTORIZAÇÃO: art. 2º do Decreto nº 6515/2012.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de publicação do extrato na imprensa oficial do estado.
EXECUÇÃO: 180(cento e oitenta) dias.
DATA ASSINATURA: 1º de abril de 2016.
ASSINATURAS: Secretário de Estado da Agricultura e Prefeito do município conforme detalhes a seguir:

28370/2016

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

EXTRATO DE TERMOS DE COOPERAÇÃO

Participes: O Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social e os Municípios constantes do Anexo I
Objeto: manter a estrutura operacional própria para as atividades dos postos de atendimento do SINE e garantir a manutenção de equipe técnica e gerencial em quantidade e qualidades adequadas, como forma de assegurar o bom desenvolvimento integrado de suas ações.
Vigência: a partir da publicação até 04 de Dezembro de 2017.
Autorização Governamental: 09.12.2015 - processo nº 13.636.372.7

ANEXO I

	Municípios	Processo n.º	Termo n.º	Data assinatura
1	Dois Vizinhos	13.900.684-4	168/2016	18.03.2016
2	Cambé	13.906.877-7	121/2016	23.03.2016
3	Guaraci	13.907.260-0	124/2016	31.03.2016
4	Marmeleiro	13.900.708-5	159/2016	14.03.2016
5	Planalto	13.900.728-0	161/2016	11.03.2016
6	Nova Prata do Iguçu	13.900.716-6	160/2016	13.03.2016
7	Francisco Beltrão	13.900.693-3	158/2016	02.03.2016
8	Mandrituba	13.905.808-9	144/2016	30.03.2016
9	Primeiro de Maio	13.906.991-9	129/2016	17.03.2016
10	Mandaguari	13.635.976-2	095/2016	01.03.2016
11	Colorado	13.629.070-7	097/2016	01.03.2016
12	Paraisópolis	13.903.375-2	067/2016	17.03.2016
13	Prudentópolis	13.632.241-9	186/2016	01.03.2016
15	Cambira	13.905.965-4	019/2016	17.03.2016
16	São Jorge do Ivaí	13.635.735-2	101/2016	01.03.2016
17	Chopinzinho	13.904.813-0	040/2016	01.03.2016
18	Pinhão	13.633.378-0	145/2016	07.03.2016
19	Campo Magro	13.906.915-3	138/2016	01.03.2016
20	Marilena	13.903.459-7	065/2016	08.03.2016
21	Loanda	13.634.885-0	064/2016	10.03.2016
22	Paçandu	13.628.505-0	098/2016	01.03.2016
23	Santo Inácio	13.635.745-0	100/2016	09.03.2016
24	General Carneiro	13.635.573-2	006/2016	09.03.2016
25	Tijucas do Sul	13.905.912-3	153/2016	01.03.2016
26	Peabiru	13.903.125-3	086/2016	01.03.2016
27	Nova Esperança	13.635.917-7	097/2016	28.03.2016
28	Marialva	13.623.822-1	096/2016	28.03.2016
29	Campo Largo	13.701.234-0	137/2016	02.03.2016
30	Salto do Lontra	13.627.489-9	163/2016	01.03.2016
31	Tibagi	13.625.101-5	117/2016	06.03.2016
32	Santo Antônio do Sudoeste	13.900.755-7	165/2016	02.03.2016
33	Capanema	13.900.676-3	157/2016	01.03.2016
34	Barracão	13.900.654-2	156/2016	02.03.2016
35	Amperê	13.900.602-0	155/2016	01.03.2016
36	Verê	13.900.758-1	167/2016	01.04.2016
37	Entre Rios do Oeste	13.905.435-0	169/2016	02.03.2016

Curitiba, 06 de abril de 2016.
 Fernanda Bernardi Vieira Richa
 Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
 28210/2016

EXTRATO DE TERMOS DE COOPERAÇÃO

Participes: O Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social e os Municípios constantes do Anexo I
Objeto: manter a estrutura operacional própria para as atividades dos postos de atendimento do SINE e garantir a manutenção de equipe técnica e gerencial em quantidade e qualidades adequadas, como forma de assegurar o bom desenvolvimento integrado de suas ações.
Vigência: a partir da publicação até 04 de Dezembro de 2017.
Autorização Governamental: 09.12.2015 - processo nº 13.636.372.7

ANEXO I

	Municípios	Processo n.º	Termo n.º	Data assinatura
1	Reserva	13.630.758-4	113/2016	02.03.2016

Curitiba, 06 de abril de 2016.
 Fernanda Bernardi Vieira Richa
 Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
 28467/2016